



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LUANA GALENO DOS SANTOS

**Formação e valorização profissional vivenciadas por pedagogas
do sistema socioeducativo na Unidade de Internação do Recanto
das Emas - DF, Unire.**

BRASÍLIA
2021

LUANA GALENO DOS SANTOS

Formação e valorização profissional vivenciadas por pedagogas do sistema socioeducativo na Unidade de Internação do Recanto das Emas - DF, Unire.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

BRASÍLIA
2021

LUANA GALENO DOS SANTOS

Formação e valorização profissional vivenciadas por pedagogas do sistema socioeducativo na Unidade de Internação do Recanto das Emas - DF, Unire.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de pedagogia, da Universidade de Brasília para obtenção do título de Licenciado em pedagogia. Aprovado em: 24/05/2021.

Orientadora - Simone Aparecida Lisniowski
Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Fundamentos, Faculdade de Educação

Examinadora Interna - Silmara Carina Dornelas Munhoz
Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Fundamentos, Faculdade de Educação

Examinadora Externa - Marcelle Gomes Figueira
Professora da Universidade Católica de Brasília, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Governança, Tecnologia e Inovação

BRASÍLIA
2021

Dedico este trabalho a Deus, à minha família e aos professores que passaram por mim durante minha jornada da qual fez-me tornar uma grande defensora da educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e à sua Mãe por eu ter recebido forças e chegar ao fim de mais uma graduação, sou grata por todas as graças que me foram concedidas até aqui.

À minha família, principalmente à minha mãe e ao meu pai, pois como sempre, estiveram ao meu lado dando suporte em momentos das quais minha ausência em casa justificou-se pelos momentos em que fiquei à frente do computador devido aos estudos, algo que ficou mais acentuado no contexto pandêmico e na reta final da graduação.

À minha amiga do coração, Laísa, que mais uma vez estendeu um braço amigo, e que sem hesitar me ajudou de todas as formas possíveis, e colaborou com informações e contatos de profissionais do sistema socioeducativo. Ajuda essa que me proporcionou conhecer mesmo que de forma rápida a querida Liana, pesquisadora da UnB, por ela fui presenteada com um livro norteador acerca da gestão escolar e o direito à educação de socioeducandos privados de liberdade.

À orientadora, Simone Lisniowski. Entrou na minha vida no meu primeiro semestre na disciplina de Processo do Desenvolvimento Humano. Sempre foi perceptível sua sutileza ao tratar dos mais diversificados temas, com uma escuta ativa e trato com os estudantes sempre de forma exemplar. Os percursos acadêmicos fizeram com que nos encontrássemos novamente em meu penúltimo semestre, momento do qual surgiu nosso tema em comum através de um projeto. Sou grata por cada reunião online, pelas correções, orientação e conversas descontraídas que tivemos.

Às pedagogas que deram o seu sim para a minha pesquisa e concederam valorosas contribuições, sem elas, o trabalho não seria possível.

À banca examinadora que aceitou o convite em analisar, avaliar e contribuir com esse trabalho.

Aos meus professores, não somente àqueles que passaram por mim durante o ensino básico e graduação, mas também aos meus colegas de profissão que desde 2017 me mostram o ensino com humanidade, didática, amor e acolhimento.

À Universidade de Brasília, que me proporcionou experiências incríveis e me presenteou com amizades e ensinamentos que seguirão para a vida. Tenho clareza que foram anos bem aproveitados e felizes dos quais sempre permanecerão comigo. Concluída minha segunda graduação nessa Universidade tão amada, me despeço com sentimento de transformação pessoal e de contribuições realizadas com sucesso.

Mas aqueles que contam com o Senhor renovam suas forças; Ele dá-lhes asas de águia.

Correm sem se cansar, vão para frente sem se fatigar.

Isaías 40:31

RESUMO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo norteia o sistema socioeducativo brasileiro, as disposições constantes neste dispositivo legal demonstram as medidas que são impostas à inimizáveis que cometem ato infracional análogo ao crime, podendo ser em último caso e dependendo da gravidade da infração cometida o de restrição de liberdade. A Unidade de Internação do Recanto das Emas - Unire, recebe socioeducandos entre 18 e 21 anos de idade, e estes são acompanhados por uma equipe multidisciplinar que inclui o pedagogo. A atuação do pedagogo é objeto de estudo em várias pesquisas e, nesta, aborda-se o trabalho realizado com os jovens da Unire, a capacitação profissional recebida e como sentem-se valorizados perante o trabalho desenvolvido. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo identificar, na visão das pedagogas, como o próprio trabalho tem sido valorizado e como ocorre a preparação para a atuação dentro da Unire. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, por meio de entrevistas com 2 pedagogas, que posteriormente foram analisadas em caráter qualitativo. Os resultados a partir das entrevistas demonstraram que há pouca ou quase nenhuma formação na graduação de pedagogia da Universidade de Brasília- UnB acerca deste campo de atuação, e por conseguinte há pouca preparação para atuar com socioeducandos a partir das disciplinas ofertadas pelo curso. Encontrou-se também como resultado que o sistema socioeducativo oferece cursos de qualificação profissional e que os pedagogos em geral se interessam em realizá-los. Sobre a valorização profissional, é informado que as frustrações da ineficiência das políticas públicas que atuam em conjunto com o Sinase dentro da Unire, pois as entrevistadas não se sentem plenamente valorizadas e encontram barreiras no seu trabalho com limites institucionais. Percebe-se então a necessidade de primeiramente abrir a oferta de estudos dentro da graduação do curso de pedagogia da UnB, pois um olhar voltado para os socioeducandos abrirá portas para linhas de pesquisa, extensão e ensino fortalecendo cada vez mais o trabalho do pedagogo que atua na área. No aspecto mais amplo, a necessidade de uma integração e estruturação das ações desta política pública que efetivamente implementem os objetivos propostos e ofereça condições para que os profissionais alcancem os resultados esperados.

Palavras-chave: Sistema Socioeducativo. Pedagogo. Unire. Valorização profissional.

ABSTRACT

The National System of Socio-Educational Assistance guides the Brazilian socio-educational system, the provisions contained in this legal provision demonstrate the measures that are imposed on teenagers persons who commit an infraction analogous to the crime, which can be in the last case and depending on the severity of the infraction committed the restriction of freedom. The inpatient unit of Recanto das Emas - Unire, receives juvenile between 18 and 21 years of age, these are accompanied by a multidisciplinary team that includes the pedagogue. The role of the pedagogue is the object of study in several researches, in this one, will which the work carried out with the young people of Unire is addressed, the professional training received and how they feel valued in relation to the work developed. In this sense, this study aims to identify, in the view of the pedagogues, how the work itself has been valued and how the preparation for acting within Unire occurs. To this end, an exploratory research was carried out, through a interviews with two pedagogues that was subsequently analyzed in a qualitative character. The results from the interviews showed that there is little or almost no training in the pedagogy degree at the University of Brasilia - UnB, and as a consequence there is little preparation to work with socio-students through the subjects offered by the graduation. It was also found as a result that the socio-educational system offers professional qualification courses and that educators in general are interested in participating. About professional valorization, many feel that due to the inefficiency of public policies that work together with the sinase within Unire, they do not feel fully valued because they know that daily work development encounters barriers within institutional limits. It is then perceived the need to first open a range of studies within the undergraduate course of pedagogy at UnB, as a look towards socio-students opens doors to lines of research, extension and teaching, strengthening more and more the work of the pedagogue who works in the area. In the broadest aspect, the need for an integration and structuring of the actions of this public policy that implements the proposed objectives and provides the conditions for professionals to achieve the expected results.

Keywords: Socio-educational system. Pedagogue. Unire. Professional development.

SUMÁRIO

MEMORIAL	10
APRESENTAÇÃO	16
OBJETIVOS	17
CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	18
1.1 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE COMO POLÍTICA PÚBLICA	18
1.2 UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS - UNIRE, DF E O DIREITO À EDUCAÇÃO	26
1.3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - UNIRE	32
CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO	36
2.1 INTRODUÇÃO	36
2.2 COLETA DE DADOS.....	37
2.3 TRATAMENTO DOS DADOS	37
2.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	38
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

MEMORIAL

Começo esse memorial pensando nas vezes das quais parei para me imaginar cursando uma graduação ou atuando profissionalmente. Durante minha vida essa ideia sempre foi muito abstrata, e ao chegar no ensino médio essas questões relacionadas ao futuro ficaram mais em evidência pois os questionamentos de amigos, família e até o meu próprio começavam a fazer sentido e havia necessidade de respostas.

Meus pais não terminaram o ensino fundamental mas sempre incentivaram a mim e aos meus irmãos, pois sabem da importância e das oportunidades que nos seriam dadas através de um curso superior. Dessa forma, eu pude presenciar a conquista da minha irmã mais velha conseguindo passar no vestibular da UnB e cursando a graduação em arquivologia. Meu irmão também cursou sua graduação, porém ele nunca sentiu anseio de cursar a graduação em uma Universidade Pública, de fato seria uma opção, mas ele preferiu financiar o curso pelo Programa de Financiamento Estudantil - FIES, e se graduar em educação física.

Assim como meus irmãos, sempre estudei em escola pública, e depois de vivenciar minha irmã na Universidade e em meio às oportunidades que me eram oferecidas (Vestibular e Programa de Avaliação Seriada - PAS) sabia que meu caminho seria também na Universidade Pública, independente do curso a ser escolhido, pois com as condições que minha família tinha não seria possível pedir para meu pai ou minha mãe que pagassem um curso superior. Nunca nos faltou nada, graças a Deus e a meus pais que sempre trabalharam muito para dar uma boa vida para mim e para meus irmãos, porém, não tínhamos além do necessário e sempre soube que meus pais não conseguiriam bancar uma faculdade para mim durante anos.

Quando estava na oitavo série do ensino fundamental (atual nono ano), já havia as incertezas de qual escola cursar o ensino médio, tendo em vista que as do Recanto das Emas, cidade da qual eu resido até hoje, na época, eram consideradas perigosas. Minha mãe não queria que eu estudasse nelas pela distância e localização, eu também não queria ir pois eram consideradas escolas com um histórico de assaltos devido a algumas pessoas que ficavam nas redondezas da escola esperando a oportunidade para fazer uma nova vítima. Dessa forma, eu e meu grupo de amigos da qual tenho contato até hoje decidimos fazer a solicitação de remanejamento para a escola Centro de Ensino Médio Ave Branca - CEMAB em Taguatinga, tivemos apoio de um querido professor de geografia, Robson e

de nossas famílias, e assim eu e mais oito amigos fomos cursar o ensino médio numa cidade diferente.

As experiências foram muitas, diversão e responsabilidades também. Estar numa escola com uma diversidade de pessoas e conhecimentos, mas ao mesmo tempo ter os amigos ao lado fez desse período bem intenso e cheio de bons significados. Estudar em Taguatinga me abriu um leque de oportunidades maravilhosas, explorar coisas sozinhas e com meus amigos me fizeram amadurecer e no primeiro ano comecei a fazer um cursinho preparatório para o PAS. Foram seis meses de muito estudo que me fizeram ter a certeza que uma das poucas chances que eu tinha de cursar um ensino superior seria através da UnB. No CEMAB, os estudos para o PAS e vestibular eram bem trabalhados e incentivados, o time de professores era de ótimo nível e tive boas experiências de afeto, respeito, e encorajamento aos estudos. Cursar o pré-pas me deixou à frente em alguns conteúdos, principalmente na disciplina de Física, engraçado escrever isso, pois eu sempre tive grandes dificuldades com cálculos já que minha base matemática não foi muito boa. No meu cursinho as fórmulas e cálculos eram ensinadas de determinada maneira que eu conseguia adquirir muito bem e isso fazia com que eu tirasse boas notas nos testes e provas dessa matéria.

No ano seguinte acabei por não fazer o cursinho para a segunda etapa do PAS, tendo em vista que ao final de cada ano do ensino médio é realizada uma prova para ingresso na UnB, e em meados desse mesmo ano. Em 2010, eu e os alunos do CEMAB presenciamos algo que me marcou: a comemoração de alunos do terceiro ano que haviam passado no vestibular do meio do ano da UnB e que estariam sendo dispensados de cursar o terceiro ano e assim podendo realizar a matrícula na UnB. Aquele evento ficou marcado em minha memória, muita gente feliz, amigos comemorando a vitória dos aprovados, muita tinta, muito grito e parabéns, e na minha cabeça eu só conseguia pensar em uma coisa, que no ano seguinte seria eu comemorando desse jeito a minha aprovação no vestibular.

O ano seguinte chegou, o valor do curso preparatório pro vestibular não era barato e nem os materiais, minha mãe como sempre fez muito esforço e com a ajuda financeira da minha irmã iniciei o cursinho. Nada tirava da minha cabeça que era aquilo que eu queria, independentemente de qualquer coisa. Então, eu me desafiei a passar nessa prova de ingresso da UnB no meio do ano, não pelo prestígio na escola, mas sim para mostrar para mim mesma da minha capacidade e orgulhar minha família, já que eu possuía essa oportunidade por que não abraçar com todas as forças e dar o meu máximo? Assim eu

fiz, minha rotina era sair bem cedo para a escola, e quando terminava meu último horário eu ia para a biblioteca pública no centro de Taguatinga, lá eu estudava e comia uma marmita preparada em casa. Eu almoçava junto a alguns colegas de estudo, e ia para o cursinho, ao chegar em casa estudava mais, a ponto de dormir com as apostilas e cadernos sobre mim, isso ocorreu muitas vezes, pois minha irmã disse que já nem ia mais me acordar no meio da noite para que eu pelo menos guardasse as apostilas, ela já tinha feito isso muitas vezes antes.

Sair do ensino médio no meio do ano era uma meta, não que a escola fosse ruim, muito pelo contrário eu amava aquele ambiente. Eu não tinha amigos próximos na minha sala de aula, isso era bom pois me dava mais gás nos estudos, por isso, sair de lá não me faria mal emocionalmente e aqueles meus oito amigos que já estavam comigo há uma boa jornada, mais precisamente desde o ano de 2007, bem, esses para sempre estariam comigo, assim como estão até hoje.

Ainda tinha incertezas sobre o curso, ser policial me fazia brilhar os olhos, meu coração vibrava por pedagogia, mas fui desencorajada e deixei o sonho na gaveta. Me via cursando medicina veterinária e estava quase determinada que seria esse o meu curso, mas também me deixei ser desencorajada por palavras de outros. Por vezes pensei alto, como medicina e direito, mas apenas percebia que era uma vontade da sociedade para mim, e não a minha de fato. Gostava de ficar no site da UnB olhando os cursos e pensando em qual eu mais encaixaria, me deparei com o curso de Gestão em Saúde Coletiva, na Faculdade de Ceilândia - UnB, achei o nome legal, pesquisei, conversei com pessoas que o cursava, gostei por ser um *campi* numa cidade próxima a minha, e no período diurno. A nota de corte não era tão alta e assim decidi o curso do qual queria cursar, pois eu me encaixava nele e vice versa.

No dia que saiu o resultado do vestibular, meados de 2011, eu estava voltando para Brasília de uma viagem para São Paulo que eu havia feito com meus pais. No meio da estrada, recebo uma mensagem da minha irmã no meu no celular, com a seguinte mensagem: Parabéns Lú, você foi aprovada no vestibular da UnB!! Não aguentei de felicidade, chorei e ouvi da minha mãe que eu merecia pois havia estudado muito. Mal sabia que a felicidade se transformaria em aflição.

Ao chegar em Brasília, as coisas que estavam indo tudo bem, fizeram uma curva e me levaram a caminhos de insegurança, choro e medo. Na escola, em uma segunda-feira, os professores estavam muito felizes pelas conquistas dos alunos e a direção também. Houve uma reunião com os aprovados e a direção nos informou que deveríamos

fazer uma prova com o conteúdo geral do ano letivo para demonstrar que estávamos aptos a sair na metade do terceiro ano e que o conteúdo que ainda nos seria ensinado não fosse um ponto prejudicial. A prova não foi um obstáculo para mim, assim, obtive êxito em mais uma etapa.

Após isso, veio o que considero a pior parte, não compreendo bem como funciona termos e processos jurídicos e passados quase 10 anos não consigo explicar com clareza o que ainda estava obstruindo a matrícula no curso na UnB. Lembro-me que a justiça estava bloqueando a matrícula dos egressos do ensino médio do meio do ano. Sendo assim, tivemos que de forma coletiva entrar com um mandado de segurança para garantir nossa matrícula, o valor era por volta de mil reais, dinheiro do qual não havia ideia de onde tirar, e minha irmã mais uma vez conseguiu me ajudar nessa fase, primeiramente o processo havia sido indeferido e apenas alguns haviam conseguido obter êxito. Lembro de estar numa sorveteria no P.sul, perto da casa da minha avó, quando a advogada que estava me representando ligou informando que o processo havia sido negado, eu fiquei sem chão, lágrimas caíram e eu não sabia como contar isso para meus pais. Depois de contar, minha mãe dizia para eu não esquentar a cabeça, que já havíamos gastado um dinheiro que não tínhamos e que eu teria capacidade de passar novamente em outro vestibular. Mas nada me tirava a vontade de fazer minha matrícula na UnB, eu merecia, e na minha cabeça nada tiraria esse meu direito. Após esperas, reuniões, recursos e muita oração a Santo Expedito, enfim fui contemplada, liberada do CEMAB e consegui minha particular vitória. Não tive tintas, gritos e nem cartazes, mas presenciei o olhar de orgulho vindo do meu pai ao informar às pessoas que a filha dele havia passado na UnB ainda na metade do terceiro ano. Me conhecendo, sei que não fazia questão de grandes comemorações e sim queria dar orgulho à quem me ama provando para mim mesma que eu sou capaz. Entrei com dezessete anos na Universidade de Brasília, em agosto de 2011.

Durante os quatro anos dessa graduação, grandes e inúmeras foram as vivências e amadurecimentos que tive, conheci três meninas maravilhosas e firmei amizade com uma da qual já conhecia, era meu quinteto lindo e sabia que nossa amizade iria muito longe, e hoje eu sei que esse meu pensamento estava certo. Participei de protestos, projetos, estágios, experimentos, mudei minha visão, aprendi a amar o curso mesmo em meio às inseguranças relacionadas ao futuro.

Meados de 2015 me formei, tive uma emocionante colação de grau, com aqueles meus oito amigos do peito gritando por meu nome no Athos Bulcão, tudo bem que

chegaram tarde e perderam o momento da qual a cerimonialista chamou por meu nome, mas a emoção e a surpresa em vê-los lá não deixou de ser a mesma.

Após minha graduação, sabia que o mais desafiador estava por vir, estar alocada profissionalmente como Sanitarista em Brasília. Ainda há uma invisibilidade desses profissionais no mercado de trabalho tão carente de pessoas tão capacitadas das quais convivi. Os professores do curso são grandes mestres e nos preparam para atuar em uma infinidade de espaços, mas as oportunidades são poucas e o caminho para ser uma profissão com seu devido valor reconhecido ainda está sendo percorrido.

Após me formar, eu que já estudava para concursos públicos intensifiquei a performance a fim de obter êxito, prestava para todas as áreas, mas a que eu mais gostava era da segurança pública, envolvendo provas para carreiras policiais. Durante esse período tive um bom êxito em uma prova, e consegui fazer todas as etapas antes do curso de formação, mas infelizmente minha colocação não foi uma das melhores, fazendo eu ficar fora do número de vagas.

Me senti um pouco vazia e decidi que prestaria o vestibular pela segunda vez, o ano era 2016 e tive vontade de tirar da gaveta meu sonho antigo de cursar pedagogia. Eu, catequista durante anos, tinha prazer em ensinar, fazia trabalho voluntário numa instituição com crianças, sempre fui cercada de crianças da família e esses eventos me fizeram ter a certeza que era hora de eu dar um passo em busca da minha segunda graduação.

Ao receber o resultado de aprovada, levei um susto pois não havia me preparado para a prova, inclusive no dia da avaliação fiquei em dúvida se iria realizá-la ou não. Mais uma vez soube do quanto eu era capaz, minha mãe ficou se perguntando o porquê de uma segunda graduação e mesmo assim eu fui lá e fiz. No meu segundo semestre uma amiga me indicou para uma vaga de trabalho numa escola bilíngue em Águas Claras. Nessa escola, além de trabalhar com essa minha querida amiga que me mostrou essa oportunidade de trabalho e confiou em mim, trabalhei com uma querida e afetuosa professora, chamada Anna Flávia, da qual me mostrou, mesmo com pouca idade, a responsabilidade e missão de uma professora dentro de sala, à elas, meus sinceros agradecimentos por tantos ensinamentos.

Após um ano nessa escola, segui para uma escola Canadense da qual me encontro trabalhando atualmente. Nessa escola, fui desafiada a atuar em diversos segmentos que uma escola pode oferecer e aproveitei todas as oportunidades que me foram concedidas. Pude também conhecer e apreciar o trabalho de grandes educadores, muitos deles me

marcaram pelo acolhimento, paciência e arte de ensinar, destaque dentre eles, a Mrs Júlia Marta e minha amiga pessoal Ms Bruna (Bru), à elas, minha gratidão por ser quem são.

A minha graduação sofreu nos dois últimos semestres o impacto da pandemia do covid-19 e assim estou a terminá-la no contexto online. É desafiador, mas é mais ainda gratificante saber que estou findando mais uma jornada. Sigo cheia de esperanças, e inundada pelo sentimento de lutar por uma educação de qualidade que abarque a todos. Não sei se minha jornada acadêmica termina aqui, mas sei que até o presente momento estou muito satisfeita por tudo que realizei e pelos caminhos que percorri. Para quem tinha o sonho de ingressar na UnB e hoje possuir duas graduações me faz muito feliz, e convicta que todos os minhas escolhas me trouxeram até aqui.

Por fim, voltando 21 anos no tempo, uma figura em particular me faz concluir esse memorial, uma mulher, cabelos cacheados e dourados, pele branca, carinhosa e paciente, me sentava em seu colo quando eu chorava de saudades da minha mãe, sua imagem em particular não me sai da memória, talvez seu nome seja Geovana, foi minha professora, na pré-escola, no ano 2000 na escola CEF 304 do Recanto das Emas. Dito isso, o que eu desejo para mim? Que eu deixe marcas de amor nas crianças que passarão por mim assim como ela, Raquel, Lizete e Lisleide (professoras do 2º, 3º e 4º ano respectivamente) entre outros que também me marcaram, pois as marcas de afeto e acolhimento principalmente na infância duram para sempre.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho perpassa sobre alguns pontos reflexivos acerca do trabalho do pedagogo da Unidade de Internação do Recanto das Emas - DF - Unire. Essa unidade compõe o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e possui entre os internos privados de liberdade jovens entre 18 e 21 anos de idade que cometeram ato infracional análogo ao crime quando ainda eram inimputáveis.

O propósito do trabalho é trazer à reflexão a atuação do profissional nesse contexto do qual é pouco discutido e estudado. Dar mais visibilidade a esses profissionais da área fazendo com que cada vez mais o trabalho executado seja fomentado e valorizado. Pois há a necessidade de sempre demonstrar outros espaços dos quais os pedagogos podem ser inseridos atuando também com diversas faixas etárias, uma vez que ainda há sempre a associação do pedagogo à criança e ao espaço escolar.

Neste estudo entende-se a importância do trabalho do pedagogo na Unire, com isso, procura-se identificar como esse educador se vê diante do trabalho com os jovens, preparação para atuação no sistema e como sentem-se valorizados.

Compreende-se então a relevância e especificidade dessa atuação do trabalho do pedagogo, assim como todas outras. Contudo, o trabalho desenvolvido com a ressocialização permeia vários estigmas tanto dentro do próprio sistema socioeducativo quanto fora. O trabalho realizado por esses profissionais é de suma importância no desenvolvimento em prol de vidas restabelecidas tanto a partir da execução de dispositivos legais quanto do trabalho dialógico.

Para isto, a partir de aporte bibliográfico, e a metodologia incluindo entrevistas, realizou-se essa pesquisa qualitativa.

OBJETIVOS

Geral

- Conhecer, na visão dos pedagogos, como o próprio trabalho tem sido valorizado e como ocorre a preparação para atuação no sistema socioeducativo - Unire.

Específicos

- Identificar as formas com as quais os pedagogos percebem seu trabalho no cotidiano com socioeducandos;
- Identificar como ocorre a qualificação profissional para atuar no sistema socioeducativo;
- Contribuir à reflexão sobre a importância da atuação do pedagogo que atua fora do contexto escolar dentro do sistema socioeducativo.

CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

1.1 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE COMO POLÍTICA PÚBLICA

Este capítulo tem como objetivo fazer um panorama acerca do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo a fim apresentar o contexto das políticas públicas na área em que os pedagogos atuam no Sistema Socioeducativo.

De acordo com Celina Souza, pode-se resumir políticas públicas como sendo:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26).

Tendo por base o citado acima, várias são as necessidades da população que precisam de uma política pública para garantir que determinado direito seja efetivado. Há na Constituição Federal de 1988 (CF/88) o direito à educação, e para que tal preconização seja factível e alcance a todos os indivíduos existem as políticas públicas que são ações governamentais que irão dar os caminhos necessários para se obter bons resultados em prol de um desenvolvimento da sociedade.

Após a formulação e aprovação de uma política pública, faz-se necessário um conjunto de esforços para que de fato tal implementação seja real e cause um resultado positivo na vida de quem está sob determinada política. Para que ela alcance os resultados inicialmente planejados, além da fase de execução é necessário que haja a avaliação e monitoramento por parte de agentes capacitados a fim de corrigir qualquer problema crítico que venha a surgir podendo paralisar ou até mesmo reduzir os efeitos esperados.

Nesse contexto, a política de atendimento socioeducativo é considerada uma política social que visa concretizar direitos sociais da cidadania e garantir a satisfação das necessidades à ela referentes.

As medidas socioeducativas são direcionadas à adolescentes que estão em conflito com a lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que a depender de cada

caso e gravidade do ato infracional análogo ao crime, seja direcionado uma medida socioeducativa visando a ressocialização de caráter educativo para o adolescente.

As medidas socioeducativas são impostas àqueles menores de dezoito anos (inimputáveis) que infrinjam leis das quais são consideradas crimes para os maiores de dezoito anos considerados imputáveis. Para o ECA “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Visando isso, essa lei institui que:

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (ECA, 1990).

O artigo 112 da legislação em questão, especifica quais são essas medidas socioeducativas e dá outras informações:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (ECA, 1990).

Para que cada medida socioeducativa corresponda ao ato infracional análogo ao crime, o ECA (1990) dispõe de situações para que a autoridade judicial (Juiz da Infância e da Juventude) consiga indicar para cada caso a medida que lhe for mais completa, são elas:

Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Da Obrigação de Reparar o Dano (...) Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. (ECA, 1990).

E para que essas medidas sejam todas realizadas em caráter educativo mas também com poder de sanção, visando a proteção do menor em conflito com a lei e com o princípio ressocializador sendo a primazia, em 2012 foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa lei é considerada uma política pública social do adolescente em conflito com a lei, no direito à dignidade humana. Nunes e Bosco (2016), em um artigo sobre essa política pública, inserem esse seguinte parágrafo sobre a sua formulação:

O SINASE foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 13 de julho de 2006, e representou um grande avanço no trato dos direitos dos menores que cometem atos infracionais, na busca de uma efetiva reabilitação e reinserção de tais jovens na sociedade. O SINASE foi apresentado como o Projeto de Lei 1.697/2007, ao plenário da Câmara dos Deputados, tendo como relatora a deputada Rita Camata. Trata-se de uma política pública, com o intuito de alcançar a proteger os preceitos pedagógicos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. (NUNES; PAOLO, 2016).

Ademais, no parágrafo 1º do artigo 1º do SINASE, há a seguinte redação:

Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (SINASE, 2012).

As medidas socioeducativas visam como resultado a reinserção social do jovem. Fazendo com que após passado o período de duração das mesmas o jovem seja capaz de exercer de forma cidadã suas responsabilidades cotidianas como o trabalho, estudos, convívio em família e em comunidade, prática de esportes, cursos etc.

O Sinase está presente e precisa ser seguido em todos os momentos em que o jovem torna-se autor de ato infracional, isto é, desde a apuração do fato até a execução da medida. Essa política possui diretrizes, regras e um conjunto de princípios que permeiam o âmbito jurídico, financeiro e principalmente pedagógico que precisam ser colocadas em prática para que em nenhum momento o jovem tenha seus direitos humanos violados. Que possa ter o direito a ser acompanhado juridicamente e psicologicamente, que também usufrua do direito a defender-se e a obter uma medida socioeducativa de acordo com o ato infracional cometido.

Vannuchi e Silva (2006), explicitam o papel importante tanto dos três níveis de governo quanto da família e comunidade que precisam atuar junto visando a recuperação social do indivíduo que está passando por processo de desenvolvimento humano.

O SINASE, enquanto sistema integrado, articula os três níveis de governo para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público. (CONANDA, 2006).

A aplicação das medidas socioeducativas refere-se aos socioeducandos, que são as pessoas entre doze e vinte e um anos de idade completos. Até os doze anos, a pessoa é considerada criança e nesse caso a ela são dadas medidas protetivas. Após os dezoito anos, se um indivíduo cometer alguma infração responderá pelo código penal pois é a lei que rege as pessoas imputáveis. Vinte e um anos é a idade limite para que alguém fique em estabelecimento de privação de liberdade em unidades de internação por cometimento de ato infracional, ao completar essa idade, compulsoriamente precisa ser liberado.

Até alcançar a maioridade, o adolescente está na situação peculiar de pessoa em desenvolvimento e durante essa fase faz-se necessário que hábitos saudáveis sejam estimulados com o propósito que cada vez mais esse indivíduo fique afastado da criminalidade e de todos os males que permeiam esse caminho. Por isso, esforços da escola, família, comunidade, mídia, e principalmente do governo são imprescindíveis, pois ações positivas podem dar boas oportunidades de crescimento pessoal e profissional

os tirando do cometimento de infrações fazendo com que eles possam sentir-se englobados pela sociedade e não queiram obter algo material a partir de condutas ilegais.

Políticas públicas visando o desenvolvimento social e intelectual do adolescente precisam estar em evidência colocando em prática oportunidades alcançáveis aos adolescentes promovendo cada vez mais a prática de esportes, cursos, ensino de qualidade, oportunidade de primeiro emprego entre outros. Essas ações, percebe-se que não possuem longo alcance pois frequentemente ainda se vê adolescentes entrando para a criminalidade, pois não basta criar programas, é preciso acompanhar a inserção do público alvo e identificar quais as dificuldades que tem sido um obstáculo resultando numa baixa adesão do público alvo.

Quando ocorre de um adolescente praticar atos ilícitos, há como citado, o Sinase, que prevê as medidas socioeducativas como meio de punição e responsabilização pelo dano causado. A finalidade da socioeducação é educar, demonstrar a reprovabilidade do ato e manifestar para a sociedade que não há impunidade.

O artigo 35 do Sinase, dita como deve ser a execução das medidas socioeducativas a partir de determinados princípios, sendo eles:

- I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) ;
- VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
- VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status;
e
- IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo. (SINASE, 2012).

Referente aos aspectos positivos, percebe-se que a política pública que rege os desdobramentos das medidas socioeducativas possui um caráter bem qualificado e que se seguido na prática tem de fato a garantia dos direitos individuais inerente ao adolescente e por fim também consegue alcançar seu objetivo de ressocialização. Essas meras linhas não conseguem abranger toda a complexidade dessa política que visa trazer um papel de empoderamento ao jovem que muitas vezes não consegue se ver como um indivíduo detentor de direitos.

Estar sob medidas socioeducativas não é um desejo de ninguém, porém, essas medidas funcionam como uma resposta sancionatória do Estado mediante um ato infracional realizado. Estar sob a custódia do sistema penitenciário, como ocorre com os maiores de dezoito anos, faria o adolescente em processo de desenvolvimento social e intelectual não ter uma especificidade em seu trato podendo trazer consequências negativas e até irreversíveis no que concerne à sua formação cidadã devido a periculosidade do ambiente que eles estariam inseridos. Dependendo da gravidade do ato cometido, o adolescente pode ficar no máximo três anos em situação de restrição de liberdade e espera-se que findado esse período haja por parte do adolescente um senso de responsabilidade que antes não havia sido criado. Condições sociais não são determinantes para que um adolescente se torne infrator, porém, algumas situações favorecem a prática delituosa, por exemplo, quando há a convivência no meio da criminalidade, influências do convívio social do adolescente, por se sentir inferior e até invisível, por achar que é o caminho mais fácil para se obter bens materiais. Nas palavras de Simone de Oliveira “tudo que o jovem quer é sair da situação de invisibilidade. Se não consegue isso pelo trabalho, pela escolarização, pela participação cidadã, buscará através do envolvimento com a criminalidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 52). Percebe-se que é um anseio do jovem ser visto, e conforme a autora cita, o sentimento de invisibilidade traz sentimento de revolta e muitas vezes levam a caminhos de atos ilícitos.

1.2 UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS - UNIRE, DF E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A Unire, Unidade de Internação do Recanto das Emas, localizada na Granja das Oliveiras, Recanto das Emas, Brasília-DF, possui capacidade para comportar 144 socioeducandos conforme informação da Subsecretaria de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes constante no site do Governo Federal do Distrito Federal atualizada no ano de 2018. Porém, no momento presente, a unidade abriga em torno de 200 jovens entre 18 e 21 anos, os jovens do sexo masculino são transferidos para essa unidade ou para a de Brazlândia quando completam a maioridade enquanto estão cumprindo medida restritiva de liberdade.

A unidade foi inaugurada em julho de 2006 e desde então poucas foram as reformas internas do espaço estrutural. Mudanças concretas foram apenas do nome da unidade que antes era chamada de Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras (CIAGO), nas formas de gestão que também sofreram e passam por modificações continuamente, pois em sua inauguração dispunha de gestão compartilhada entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e instituições privadas e posteriormente, no ano de 2010 passou a ter sua gestão e execução de medidas somente via GDF (ALBUQUERQUE, 2015).

Esta Unidade conta com ampla área verde, prédios que abrigam setores administrativos, oito módulos (alojamentos) para repouso dos socioeducandos, salas destinadas às oficinas e cursos profissionalizantes, prédio destinado às atividades escolares; prédio de coordenação de segurança, prédio para a equipe técnica, direção e setor de saúde; quadra de esporte coberta, campo sintético de futebol, piscina, refeitório, auditório, entre outros espaços destinados às atividades pedagógicas. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 101).

Atualmente a unidade contempla 9 módulos, que é a estrutura física onde ficam os quartos e banheiros dos jovens. Dentre esses módulos, um é atribuído à adolescentes que estejam cumprindo medida disciplinar e outro é destinado a jovens que recém chegam à unidade ou aos que apresentam sintomas do covid-19, assim permanecem em quarentena. Essa providência foi criada devido à questão da pandemia do novo coronavírus. Os adolescentes passam a cumprir medidas disciplinares quando descumprem algum regulamento interno, as infrações são classificadas em leve, média e grave, por isso, após infringir alguma regra são deslocados ao módulo específico. Sendo

assim, é realizado o contraditório e ampla defesa do jovem, com um espaço favorável à escuta. Portanto, uma equipe formada por gerente de segurança e um especialista técnico (pedagogo, assistente social ou psicólogo) participam de um conselho em conjunto com o jovem. O objetivo desse conselho é ao final ser proposto opções de reparação do dano ao ato indisciplinar praticado (Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, 2018).

O socioeducando assistido pela Unire frequenta a escola dentro do estabelecimento institucional e alguns também podem ser contemplados com cursos a partir de parcerias do SENAC, SENAI. Os cursos oferecidos em sua maioria possuem pré-requisitos e não possuem capacidade para abranger todos os socioeducandos, determinados cursos possuem requisitos para a inscrição, podendo ser o nível de ensino cursado pelo jovem um critério ou então o tempo restante que o jovem ainda ficará na instituição, dentre os cursos, alguns são esses: auxiliar administrativo, horta, panificação, oficina de violão, atividades de lava-jato entre outros.

A escolarização na socioeducação é um direito adquirido e vários são os dispositivos legais que retificam, não sendo passível de negociação e muito menos pode-se adotar o critério de mérito para sua devida oferta e acesso. Para todos devem ser observados esses preceitos sem nenhum tipo de distinção ou discriminação. Várias são as políticas públicas que são direcionadas à jovens com sua liberdade restringida, elas em sua grande complexidade nem sempre conseguem contemplar o jovem em sua integralidade, apesar dos esforços gerados, e ressalta-se que todas possuem sua devida importância, sendo elas a política de assistência social, de saúde, esporte, cultura, lazer e da educação. O jovem que está sob a custódia da Unire, apenas tem sua liberdade de ir e vir reduzida, nenhum outro direito pode ser-lhe retirado.

A CF/88 cita que tanto adolescente como o jovem são detentores de diversos direitos, contemplando também o da educação, pois eles vivem sob uma perspectiva de proteção integral:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Visto isso, em uma Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de novembro de 1990, foi adotada diretrizes sobre adolescentes em conflito com a lei no que concerne à educação e outros aspectos, vale ressaltar que o documento cita que:

Tal educação deve ser dada, sempre que possível, fora do estabelecimento de detenção em escolas da comunidade e, em qualquer caso, deve ser ministrada por professores qualificados, no quadro de programas integrados no sistema educativo do país, de modo a que os menores possam prosseguir, sem dificuldade, os estudos após a sua libertação. (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1990).

A escola e ensino como sendo meio para desenvolvimento e consciência social, intelectual, formação cidadã, desenvolvimento de habilidades entre outros, é de suma importância no momento em que o jovem encontra-se sob medida socioeducativa. Pois a partir das vivências e envolvimento dos agentes que atuam diretamente com esses indivíduos nos mais variados espaços de execução da medida socioeducativa é possível visar sempre a ressocialização, a criação de senso de responsabilidades nas atividades cotidianas, conduta cidadã e inserção no mercado de trabalho, fomento à cursos, ensino, prática de esportes, convívio em família e comunidade entre outras mais.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) é a responsável por ofertar a educação dispondo de corpo docente para os jovens que estão em todas as modalidades de cumprimento de medida socioeducativa. Os adolescentes que estão a cumprir medidas de semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade frequentam a escola próxima à sua casa e os que estão cumprindo a medida na Unire frequentam a escola na própria instituição.

No artigo 143 do ECA, há a indicação de que “é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional”. Sendo assim, por ser legalmente expresso que o jovem não pode ter registro em seu documento escolar que passou pelo sistema socioeducativo, todas as unidades de internação possuem escolas vinculantes, a escola vinculante da Unire é o Centro Educacional 104 do Recanto das Emas (CED 104) que abrange o ensino fundamental e médio. De acordo com a Proposta Pedagógica do ano de 2019, na Unire, a modalidade de ensino é em ciclos para o ensino fundamental e para o ensino médio é o formato anual regular. A forma de ensino do ensino fundamental tem como premissa o orientado pelas diretrizes socioeducativas de que “o ensino nas Unidades de Internação deve ser organizado por ciclos de aprendizagem”, propõe também que “as turmas são organizadas por ciclos e por blocos na perspectiva da progressão

continuada da aprendizagem” (Resolução nº 1/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal).

A opção pela organização escolar em ciclos para as aprendizagens escolares nas Unidades de Internação Estrita se justifica pela necessidade de reorganização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços escolares numa perspectiva inclusiva e emancipatória, favorecendo o desenvolvimento dos estudantes que se encontram internados pela autoria de ato infracional. [...] Organização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 2º Ciclo, Bloco 1 – compreende os três primeiros anos. Bloco 2 – compreende os 4º e 5º anos. Organização nos Anos Finais do Ensino Fundamental: 3º Ciclo, Bloco 1 – compreende os 6º e 7º anos Bloco 2 – compreende os 8º e 9º anos. Organização no Ensino Médio: Bloco Ensino Médio – compreende as 1ª, 2ª e 3ª séries. (SEEDF, 2014 p. 39,40).

Os professores que atuam com os jovens internados primeiramente precisam ser concursados da SEEDF, estes que atuam na unidade são diferentes dos que atuam propriamente no CED 104. Pois para os professores atuarem no sistema socioeducativo é preciso realizar uma seleção interna da secretaria que contempla a elaboração de um projeto visando aptidão e qualidades para atuar nas unidades escolares anexas às unidades de internação.

A escola da Unire é caracterizada conforme apontado à seguir pela Proposta Pedagógica (2019):

A estrutura física da escola é composta por:

-02 (dois) blocos, sendo no bloco A - 7 salas de aula e no Bloco B - 8 salas de aula, sem recursos audiovisuais instalados.

- 01. (uma) sala para a direção;

- 01 (uma) sala para os coordenadores;

- 02 (duas) salas para professores;

- 02 (dois) banheiros para os professores;

- 01 (um) para os alunos em cada bloco;

- 01 (um) banheiro desativado utilizado como depósito para materiais diversos;

- 01 (uma) sala de arte com mesas grandes e banquetas apropriadas (doadas por uma professora da escola);

- 01 (um) pátio em cada bloco, onde os alunos deveriam lanchar e circular durante o intervalo;

- 01 (uma) biblioteca com acervos literários diversos;

- 01 (um) armários em cada bloco para a colocação do material escolar do aluno (pasta com caderno, caneta, lápis e borracha).

Não existem espaços para a realização de atividades escolares diferenciadas, tais como: sala de informática, sala de música, salas ambientes para as disciplinas afins, sala multiuso (anfiteatro), o que dificulta a realização de projetos pedagógicos, entre outras atividades escolares, no interior da escola.

Fonte: SEEDF, proposta pedagógica, escola Unire, 2019.

No contexto pandêmico da qual vivencia o tempo atual, e de acordo com os cuidados a serem tomados a fim de evitar a circulação do vírus e da contaminação. Organização Mundial da Saúde - OMS, recomenda condutas a serem adotadas com o propósito de manter o distanciamento social, visando esse objetivo, a SEEDF está ofertando o ensino de forma remota na escola da Unire. Desta maneira, os jovens são todos deslocados para o pátio da escola, no local, a coordenação passa um vídeo que seja de algum tema que contemple a todos os níveis de ensino, por exemplo: ecologia, violência, sobre Lei Maria da Penha, etc. Após assistido o vídeo, os internos são divididos por salas, permanecendo junto os alunos do primeiro ao terceiro ano, quarto e quinto ano, sexto e sétimo ano, oitavo e nono, por fim ensino médio. São entregues a eles atividade impressa que contempla componentes curriculares, eles respondem e posteriormente as atividades vão para os respectivos professores para a correção e atribuição de nota. Essas aulas ocorrem uma vez por semana com a duração de quatro horas, a equipe de segurança

conduz os jovens ao pátio e os supervisionam e depois a coordenadora pedagógica da escola conduz o trabalho de passar o vídeo, entregar as atividades e recolher.

A Portaria Conjunta nº 09, de 16 de abril de 2013, que dispõe sobre as rotinas de acompanhamento da escolarização de adolescentes em cumprimento e medidas socioeducativas, cita que quando há o desligamento do jovem de sua medida socioeducativa, haverá o remanejamento do “aluno para a região e escola que melhor atenda às suas necessidades, respeitadas as disponibilidades do sistema”.

Os adolescentes na Unire são acompanhados por uma equipe técnica de especialistas conforme consta no artigo a seguir, “a composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência” (Lei nº 12.594, art. 12). Somando então a oferta de ensino por meio da Secretaria de Educação do DF, e atuação dos profissionais especialistas (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais) que atuam diretamente com os socioeducandos, e com a disponibilidade de cursos, tem-se por objetivo fazer com que as políticas públicas sociais voltadas à juventude, dentre elas, a de educação seja acessada por todos os indivíduos com o propósito de mostrar alternativas em conformidade com a ressocialização, empoderando o jovem a caminhar longe de práticas ilícitas.

Em uma reportagem em comemoração ao dia do professor, o telejornal DFTV exibiu em outubro de 2019 recortes da dinâmica da relação aluno-professor e socioeducando-escola. Através das falas dos jovens é possível perceber o afeto que recebem e a importância que recebem como um indivíduo de direitos perante o olhar do educador. Outros ainda comentam sobre como precisaram chegar ao sistema socioeducativo para enfim se reconhecerem como sujeitos de direitos e deveres.

Por fim, vários são os atores responsáveis e comprometidos com o sucesso da ressocialização do jovem, sendo eles os agentes de segurança da Unidade, técnicos especialistas e professores. Todos atuam numa única rede, a de demonstrar reprovabilidade do ato infracional praticado, porém, ensinando e os levando a uma reflexão de mudanças de condutas construindo um futuro promissor com a geração de boas expectativas e oportunidades para a vida.

1.3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - UNIRE

Segundo Libâneo (2001), o pedagogo possui uma imagem construída perante a sociedade acerca de sua prática profissional, que é a de ensinar crianças, sendo essa prática uma consequência por se estudar pedagogia, pois o ensino vai de encontro à criança. Mas não é somente ela a receptora de novos conhecimentos, qualquer ser humano em qualquer ambiente e idade é passível de ser instruído por um pedagogo. Não há que se questionar que de fato a pedagogia encarrega-se da escolarização de crianças. Contudo, Libâneo (2001) reforça outros significados formativos do pedagogo “ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa” (LIBÂNEO, p. 6, 2001).

Por mais que esse pensamento esteja introduzido no senso comum, vários são os ambientes extraescolares em que o pedagogo consegue exercer sua profissão que não seja atuando com crianças, tais como ambientes hospitalares, empresas, penitenciárias, centros de internação a jovens infratores, entre outros. Visto isso, Nascimento et al (2010) reforçam a ideia de que a prática escolar ocorre em lugares e não em escolas o que vincula diretamente a complexidade de lidar com seres humanos em diversos ambientes, contextos e formações de vida já estabelecidas. Ainda mais, citam a seguinte ideia.

O processo de ensino-aprendizagem se dá em diferentes espaços nos quais a atuação do educador se faz indispensável. Todavia, a formação humana, em qualquer espaço, escolar ou não escolar, necessita de um profissional que esteja preparado para lidar com a prática pedagógica sistematizada ou não. Por muitos anos, essa prática pedagógica ficou restrita ao âmbito escolar, reduzindo a atuação do pedagogo somente à docência. (NASCIMENTO et al, 2010 p. 62).

De acordo com o dicionário online DICIO, ao se pesquisar por pedagogia, surge como primeiro resultado: “Ciência cujo objeto de análise é a educação, seus métodos e princípios; reunião das teorias sobre educação e sobre o ensino”, sendo assim e em consonância com o que diz José Carlos Libâneo em seu artigo sobre - Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas (2001),

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. (LIBÂNEO, 2001, p. 6).

O pedagogo é então aquele que exerce uma função de extrema importância na sociedade, tanto no ensino com crianças como também nas fases posteriores da vida. Trabalhando com práticas pedagógicas que por vezes precisam ser requisitadas em ambientes não escolares de forma grupal ou individual, pois trabalhar com práticas educativas está intrinsecamente ligado a diversos contextos sociais que fazem com que a atuação do pedagogo seja indispensável no trato com relações humanas, práticas organizacionais e as educativas principalmente.

Nesse contexto em que o pedagogo é formado para atuar tanto em espaços escolares como em espaços não-escolares somado à variedade existente de faixas etárias, há de se destacar o trabalho do pedagogo que atua diretamente com os socioeducandos, em especial ao internos da Unire. Pedagogos esses que não atuam na escola diretamente com a prática do ensino docente e sim com o acompanhamento do jovem em suas adversidades, trabalham fazendo com que sejam acolhidos pelas Políticas Públicas voltadas a eles, atuam em processos de resolução de conflitos, mediação entre oportunidades profissionalizantes e de estudos. Atuam também com as famílias e fazem com que os adolescentes egressos do sistema socioeducativo possam sair com uma bagagem de boas perspectivas e planejamento de vida.

Atuar com jovens privados de liberdade é lutar a favor da ressocialização visando mudanças de comportamentos em prol do mesmo e da sociedade e ir contra um sistema defasado em que notoriamente percebe-se a falta de recursos financeiros, físicos e humanos. Historicamente, os privados de liberdades são vistos como alguém que precisa ter seus corpos dominados e impossibilitados de mudanças construtivas.

No Brasil, a tentativa de recuperação das pessoas privadas de liberdade tem adquirido novas formas, especialmente a do trabalho e estudo, porém a modalidade disciplinar permaneceu com a mesma característica de atuar diretamente sobre os corpos. É nesse espaço institucionalizado de controle, permeado pela imposição da disciplina, que a educação emerge como uma forma alternativa de transformação do indivíduo, com a possibilidade de orientar o seu retorno ao convívio social. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2013 p.184).

Tendo em vista a complexidade de se trabalhar diversos aspectos do jovem em privação de liberdade, além da a equipe de segurança, administrativa, e equipe docente que atua na escola, há a equipe de técnico especialistas, que na Unire é composta por

pedagogos, assistentes sociais e psicólogos. Sobre a atuação do pedagogo, o Sinase traz a seguinte atribuição do cargo:

PEDAGOGIA. DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, executar, monitorar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas à área específica de Pedagogia utilizando recursos pedagógicos e técnicas específicas para obter um perfil completo do desenvolvimento do socioeducando; participar de programas de desenvolvimento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação ou neles atuar; executar outras atividades de interesse da área e inerentes ao órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas. (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, 2021).

As Unidades que compõe o sistema socioeducativo possuem em sua organização o profissional pedagogo, que pode atuar em duas linhas: docente ou especialista, ambos para adentrarem ao sistema são primordialmente concursados do GDF. Sendo que esses são servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS) e aqueles são servidores da SEEDF.

A atuação de ambos se divergem e se complementam, se divergem no sentido de que os docentes e técnicos especialistas possuem diferentes mecanismos de trabalhar, enquanto um está na sala de aula envolvido no processo de ensino-aprendizagem o outro está realizando um trabalho de orientação, oportunizando cursos e trabalhos, fazendo acompanhamento de sua trajetória e atuando em conjunto com uma equipe multidisciplinar. E esses cargos se complementam a partir do momento em que as informações precisam correr de forma horizontal a fim de saber quais os melhores instrumentos para lidar com os jovens e suas peculiaridades, ambas também podem exercer cargos maiores como por exemplo, na gestão.

Sobre a diversidade do trabalho do pedagogo-docente e pedagogo-especialista, ressalta-se as seguintes linhas:

O curso de Pedagogia se destina a formar o pedagogo-especialista, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, para atender demandas socioeducativas (de tipo formal, não-formal e informal) decorrentes de novas realidades, tais como novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação do lazer, mudanças nos ritmos de vida, sofisticação dos meios de comunicação [...] A caracterização de pedagogo-especialista é necessária para distingui-lo do profissional docente. Importa formalizar uma distinção entre trabalho pedagógico (atuação profissional em um amplo leque de práticas educativas) e trabalho docente (forma peculiar que o trabalho pedagógico assume na escola). Caberia, também, entender que todo trabalho docente é

trabalho pedagógico, mas que nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. (LIBÂNEO, 2001, p. 12).

Na Unire, há a figura do pedagogo especialista que atua com socioeducandos fora do contexto escolar. E que na medida do possível, coleta informações na escola a fim de que a assistência ao jovem possa ser feita da forma mais completa possível a partir dos recursos disponibilizados para esses profissionais. Esses pedagogos compõe a equipe técnica de apoio pedagógico e assistencial ao interno. Na Unire há a composição de 7 equipes composta por pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, há como dito anteriormente 9 módulos, sendo que cada equipe é responsável pelos internos que há nele. Isso porque um módulo é destinado à quarentena e outro a jovens que estão cumprindo medida disciplinar. Nesses casos eles são atendidos pela sua equipe de origem. Um dos instrumentos de trabalho utilizado pelos pedagogos é o Plano Individual de Atendimento (PIA) que é preenchido por equipe técnica, com a participação do adolescente e de sua família ou responsáveis, no PIA constam os objetivos, metas, previsão de atividades internas e externas para o adolescente dentre outros aspectos.

CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 INTRODUÇÃO

Para a realização deste estudo foi feita uma pesquisa exploratória, por meio de entrevistas que posteriormente foram analisadas em caráter qualitativo. Gil (2008, p.27) cita que pesquisas exploratórias têm como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. E também menciona que essa modalidade de pesquisa “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso” (GIL, 2008, p.27).

Utilizou-se como fonte de coleta de dados entrevistas online a partir de um roteiro de perguntas. Ainda de acordo com Gil (2008), em seu livro métodos e técnicas de pesquisa social, o autor refere-se à entrevistas da seguinte forma:

Entrevistas são muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados (GIL, 2008, p. 114).

Referente à entrevista semiestruturada, Minayo e António (2018) denotam que:

Entrevista semiestruturada, que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados. (MINAYO; COSTA, 2018, p. 142).

Para a realização das entrevistas, primeiramente foi elaborado roteiro com questões, dividido em 4 blocos, sendo eles: identificação do entrevistado; condições de trabalho; qualificação profissional, e autorrealização e frustrações. Cada um desses blocos caracterizados possuíam em média quatro questionamentos que os entrevistados ficaram à vontade para responderem mediante à condução da entrevistadora.

2.2 COLETA DE DADOS

A princípio, após a definição dos sujeitos de estudo desta pesquisa, os pedagogos da Unire. Procurou-se entrar em contato com os mesmos via e-mail ou por aplicativo de mensagem mencionando o teor da pesquisa e informando os devidos direitos de anonimato reservados, e o devido convite para a participação.

Após a conquista dos respectivos contatos, foi enviado mensagem/e-mail descrevendo a pesquisa como um todo, como seria realizado o encontro online, disponibilidade da pesquisadora em responder quaisquer questionamentos que pudessem surgir. E posteriormente após a afirmativa dos entrevistados em participar, foi encaminhado via e-mail Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo todas as informações necessárias sobre a participação e sobre o objeto de estudo da pesquisa.

Em seguida, foi marcado dia e horário para entrevistas, a entrevistadora ficou à disposição do melhor horário e dia escolhidos para o momento online. No início de cada conversa foi pedido autorização para que ocorresse a gravação apenas do áudio do diálogo com o uso de um gravador, sendo assim, a tela com imagem não foi salva. Apenas trechos de falas dos respondentes seriam utilizados. A gravação da conversa faz-se importante para que no decorrer da pesquisa a autora consiga ter de forma concreta tudo o que foi relatado, registros feitos à mão ocorreram durante a entrevista. Contudo, o registro de falas gravadas é um valioso instrumento para a veracidade da narrativa. Ao todo, foi possível entrevistar 2 pessoas de maneira online. A primeira entrevista ocorreu no turno da noite do dia 25 de março de 2021, e a segunda foi realizada no turno da manhã no dia 7 de abril de 2021.

Ressalta-se que não houve deslocamento de nenhum indivíduo relacionado à esse estudo e que todas as entrevistas foram realizadas em seu ambiente residencial. Também não houve pesquisa *in loco*, ou seja, na Unire, e as informações aqui apresentadas são ou adquiridas mediante as entrevistas ou informações públicas constantes na internet ou através de livros ou artigos constantes nas referências e em outros locais.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Após a finalização das entrevistas, os áudios gravados foram salvos em backup para que tais registros não fossem perdidos. Com isso, as gravações foram revistas

diversas vezes com o propósito de preenchimento das perguntas do roteiro. E em outros termos, foi preparado um documento com as perguntas realizadas do roteiro e as respectivas respostas para que fosse propício obter informações gerais e específicas acerca de um determinado tema. Assim, todas as entrevistas foram transcritas, e posteriormente os trechos das respostas compuseram esta pesquisa. Ressalta-se que os sujeitos entrevistados terão sua identidade preservada, assim sendo, será utilizado pseudônimo para cada uma.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Acerca dos dados obtidos a partir das entrevistas, a análise para melhor compreensão dos expostos é a de cunho qualitativo. Gil (2008), disserta em seu livro sobre técnicas de pesquisa social que as análises qualitativas são realizadas sem fórmulas pré-definidas e nem métodos singulares, ocorrendo então a partir do estilo do pesquisador. Ainda sobre essa metodologia, mais especificamente sobre como se dá a interpretação dos dados obtidos, o autor em questão menciona que:

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. (GIL, 2008, p. 178).

Após realizada revisão de literatura, visto reportagens acerca do tema, e partindo de conhecimentos prévios da pesquisadora, em seguida foi feita a sistematização de respostas das entrevistadas conforme indicado no item 3.3, e a fim de se responder ao objeto de estudo dessa pesquisa, os blocos descritos no roteiro de entrevistas serão caracterizados como categorias e essas serão exploradas ao longo dos resultados e discussão.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a execução dos passos descritos na metodologia, a seguir serão analisadas as respostas das pedagogas de acordo com as categorias constantes no roteiro de entrevistas, conforme quadro a seguir

Categorias
I- identificação do entrevistado
II- condições de trabalho
III- qualificação profissional
IV- autorrealização e frustrações.

No que diz respeito à categoria I- Identificação do entrevistado, ambas residem próximo à Unire tendo uma distância aproximada de 9 quilômetros de onde residem até a Unidade. São servidoras públicas da SEJUS desde 2010 e atuam como pedagogas no cargo de especialista socioeducativo, as duas são formadas em pedagogia pela Universidade de Brasília-UnB, Faculdade de Educação-FE.

Seguindo o acordado da pesquisa sobre o anonimato das respondentes, aqui, para discussão dos resultados, uma será identificada como Marina e a outra como Renata.

Em relação à percepção das pedagogas sobre condições de trabalho, da categoria II, primeiramente cada uma expôs as atividades que realizam com os adolescentes da Unire. Sobre o trabalho executado elas afirmam que realizam:

“Basicamente os atendimentos [...] podem ocorrer de forma individual, ou com a família, ou em grupo, em forma de palestra. Pode acontecer em forma de estudo de caso quando você tem uma equipe multidisciplinar para resolver uma questão específica. O atendimento pode acontecer em forma de CAI (Comissão de Avaliação Interdisciplinar) quando o adolescente comete alguma falta disciplinar” (Marina).

“O acompanhamento deles, da rotina institucional, mais da parte pedagógica, de manter eles em cursos, fazer esse mapeamento dos interesses essa questão também de ajudá-los no planejamento pós o cumprimento da medida, de estruturar projeto de vida que seja afastado das ilicitudes mais voltado pra parte de profissionalização” (Renata).

Nas falas de Marina e Renata observa-se que o trabalho do especialista pedagogo possui dentre outras funções a de atender o jovem no que tange à inserção à

profissionalização, estudos, e atendimentos a fim de melhor compreensão de quem é este jovem, ajudá-lo a ter autorreflexão e quais suas perspectivas de futuro. No momento em que o interno está na condição de privação de liberdade é indispensável que habilidades sejam desenvolvidas e aprimoradas incentivando-o à cultura, estudos e preparação profissionalizante para a construção de um projeto de vida fora de condutas ilegais.

Costa (2009) debate sobre esse tema e comenta que:

No plano do atendimento socioeducativo, trata-se de dar resposta a um atendimento indiferenciado que se instala na relação entre o adolescente e os educadores. Romper a tendência a tratá-los como um conjunto de casos e enxergá-los em suas singularidades, para entendê-los inscritos em uma dupla dimensão, como autores e vítimas de violência. (COSTA, 2009, p. 70).

O ato de fazer o interno ter um espaço de fala e de escuta faz com que por diversas vezes eles encontrem um espaço de acolhimento, pois, leva-se em conta o contexto em que muitos foram silenciados e por mais que sejam autores de atos infracionais, são vítimas da ausência do Estado. As pedagogas, ao trabalharem em prol desse diálogo incluindo a resolução de conflitos e perspectivas de futuro, possuem um discurso que caminha junto ao de Freire (1987), quando em seu livro *A Pedagogia do Oprimido* expõe que:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro (FREIRE, 1987, p. 78).

Com isso, a atuação das pedagogas vão de encontro com práticas humanizadas. Nas entrevistas, foi perceptível reconhecer o valor que elas dão à essa atuação pedagógica humanizada e por mais que em alguns aspectos haja frustrações na impossibilidade de ressocialização mediante fatores externos, ambas demonstraram o trabalho incansável da defesa dos socioeducandos e como elas estão diariamente fazendo o trabalho delas com muito afinco.

Ainda na categoria II, sobre as condições de trabalho na Unire e o que elas mudariam, destaca-se o seguinte:

“O Sistema Socioeducativo é uma política muito complexa, de alta complexidade, é um sistema que abraça variadas políticas então [...] você tem lá a política de educação, de trabalho, de saúde, esporte de cultura de lazer, elas estão todas dentro do sistema. O grande desafio é você fazer toda essa galera conversar, todos esses microsistemas conversarem para formar um grande sistema socioeducativo. O fato de você não ter

uma política estruturada, diferentemente da educação por exemplo, se você entra pra uma escola, ninguém fica batendo cabeça pra saber como é que vai ser, como que os alunos vão ser divididos nas séries como que o currículo vai estar organizado isso daí você tem uma coisa mais consolidada. O sistema socioeducativo não, é um sistema muito novo o Sinase é de 2012 embora desde que o Brasil é Brasil existe a prática de encarcerar adolescentes. Mas o sistema socioeducativo é novo então se a gente for pensar em qualidade de trabalho em termos de processos de trabalho a gente tem pouca qualidade” (Marina).

“Eu acho que maior autonomia financeira para as unidades porque as unidades não dispõem de recurso e aí acaba que o serviço é muito precarizado. E é um trabalho muito complexo que envolve muitas políticas e vem também com essas transições de governo, transições de gestão acaba que a gente dá continuidade em algumas ações e depois recomeça tudo do zero” (Renata).

Nota-se que a percepção da complexidade do sistema socioeducativo é um ponto em comum, pois elas vivenciam na prática as dificuldades de fazer valer as mais variadas políticas públicas em prol da ressocialização. Nas respostas foi possível perceber que elas chamavam atenção para o ponto de que a lei está vigente - Sinase - é muito bonita, porém, na prática, nem sempre há a efetiva consolidação e isso torna o sistema frágil, como na fala da pedagoga Marina. Importante destacar que no percurso da entrevista, Marina cita a falta de recursos humanos e materiais, falhas essas que impedem, por vezes, que o trabalho se efetive, pois se há poucos profissionais atuando na área, alguém ficará sobrecarregado e quando falta recursos humanos determinadas atividades podem ser prejudicadas não sendo realizada a tempo. Elas citam que todos esses pontos e a necessidade de conciliar as políticas públicas é algo que interfere no real propósito de oferecer aos jovens oportunidades modificadoras, porém essa falta de conciliação surge das burocracias e morosidade do governo e isso impede que a atuação seja mais efetiva na instituição.

Observa-se, pela vivência diária da população brasileira que as políticas públicas nem sempre são implementadas, muito menos as que visam atender direitos à educação, saúde, assistência social, transporte, alimentação entre outros. Quando observamos a realidade dentro do sistema socioeducativo, mais especificamente à Unire, percebe-se que fazer com que o jovem seja atendido em sua integralidade por meio das ações governamentais é algo que ainda está em construção. As pedagogas comentam que é um sistema difícil no sentido de fazer valer todos os direitos constitucionais ao público alvo, mas mediante as falas das mesmas, percebe-se há um esforço nas práticas pedagógicas para que de fato tais políticas causem o fim esperado.

A categoria III, composta por perguntas relacionadas à qualificação profissional, tem como foco ter a percepção de como foi a preparação acadêmica e o percurso para atuação nessa área, e como funciona o incentivo à educação continuada.

“Na graduação em primeiro lugar até criticando nosso currículo lá da UnB, o curso da UnB o curso de pedagogia, as disciplinas não obrigatórias e módulo livre a quantidade de créditos é enorme. Então por exemplo, o aluno que quiser passar pela graduação de pedagogia e não quiser pegar por exemplo EJA (Educação de Jovens e Adultos), ele pode não pegar, ele pode não pegar educação infantil. Essa é a primeira crítica que eu faço, o curso de pedagogia não faz nenhuma menção ao sistema socioeducativo, você não estuda ECA, você não estuda o Sinase você não estuda nenhum tipo de política de assistência e são lugares que têm a previsão de atuação do profissional de pedagogia” (Marina).

“Na graduação a gente não teve preparo nenhum, o currículo na época que eu me formei nem fazia menção à socioeducação. Eu fui saber de fato o que era socioeducação quando eu me vi atuando nessa área. Então, no curso a gente não teve preparo nenhum” (Renata).

De fato, o comentário sobre a invisibilidade do sistema socioeducativo é na atualidade do curso de pedagogia algo existente dentro da vertente do ensino. Durante as aulas, pouco ouve-se falar sobre as medidas socioeducativas e atuação do pedagogo nessas áreas e tampouco há uma disciplina voltada para o tema.

É importante trazer em debates na área da educação os mais variados espaços em que o pedagogo pode atuar e demonstrar aos discentes que além de hospitais, empresas e escolas também há atuação dentro do sistema socioeducativo. A extensão também pode contribuir para o surgimento de interesses, pesquisas científicas e na medida do possível uma contribuição humanizada neste espaço, fazer os graduandos terem o contato com o tema é importante pois mostra a dimensão do trabalho do pedagogo atuando na reconstrução de um indivíduo.

As entrevistadas enfatizam a ausência da discussão dentro de sala de aula sobre socioeducação, porém faz-se lembrar que a Universidade é constituída além do ensino, da extensão e da pesquisa, nessas duas áreas a depender da linha de pesquisa de professores e preferências pessoais é possível realizar essas duas atividades e quem sabe trazer tais debates para dentro de sala de aula visando o compartilhamento de ideias e informações. A UnB é um espaço amplo e não deve deixar a cargo somente do ensino que todos os temas sejam abarcados, por mais que esse em específico seja de extrema importância. Assim, os temas que não são abordados em sua totalidade dentro de sala de

aula, faz-se necessário que sejam realizados dentro da pesquisa e extensão.

Em meio a pesquisas sobre projetos com socioeducandos na UnB, encontrou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS), composto por docentes, pesquisadores e estudantes que possuem interesse na atuação em estudos e pesquisas sobre direitos humanos. Existem projetos que estão abordando a socioeducação, com atuação na extensão, intervenção, pesquisas com o fim de divulgação e produção de conhecimentos. No que concerne ao ensino são voltados para a disseminação de informações para graduandos e contribuindo para educação continuada de profissionais que atuam no sistema. No site do grupo de pesquisa GEPDHS, na aba de eventos, encontra-se a realização de dois simpósios realizados pela UnB, um no ano de 2017 e outro no ano de 2019, ambos eventos foram citados pelas entrevistas no momento que falam sobre educação continuada, algo a ser debatido posteriormente. Sobre os simpósios em socioeducação, o primeiro possuiu como tema: A escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva, e o outro teve como tema: Desafios da prática socioeducativa na atualidade.

Constata-se que não é preciso deixar somente à cargo do ensino a variedade de possibilidades de atuação do profissional pedagogo, porém, como temos no currículo da UnB disciplinas de educação do campo, indígena, hospitalar é preciso uma reformulação e pensar como seria possível trazer para dentro de salas de aula discussões sobre a socioeducação. Considerando as disciplinas optativas, oferecer algo mais específico uma disciplina que trabalhe de forma completa toda a aplicação do Sinase, pois o pedagogo que atuar em escolas públicas eventualmente terá um aluno socioeducando em medida socioeducativas de meio aberto. As disciplinas podem preparar esse futuro profissional abordando as diferentes realidades dos alunos que estão matriculados regularmente nas escolas e aqueles privados de liberdade.

Quando perguntadas sobre educação continuada na sua formação como pedagogas dentro do sistema e seu incentivo, as profissionais relatam:

“Incentivo tem, pois você é dispensado do seu horário de trabalho pra fazer qualificação, você tem que apresentar os certificados para poder ganhar uma determinada gratificação. Onde é que a gente busca esses cursos? A gente busca por exemplo na escola de governo, a escola de governo dá curso para todo o GDF, poucos cursos são voltados para o sistema socioeducativo. O sistema socioeducativo, tem a ENS que é a escola Nacional de Socioeducação. A proposta dela é trabalhar com a formação de todos os profissionais que atuam no sistema socioeducativo do Brasil e essa é uma proposição interessante porque você tem uma escola para todo o território nacional com o intuito de unificar as ações. Ela prevê a criação de segmentos estaduais

então cada estado tem que ter um polo da ENS então, no DF tem que ter, GO tem que ter, Minas também só que isso ainda está caminhando entendeu? a ENS tem o módulo básico aí tem o módulo pra justiça restaurativa, um módulo só sobre gestão do sistema só que quem participa são as mesmas pessoas que normalmente é da área de especialistas [...] todos os cursos são parceria com a UnB. É o que eu falo, a formação deveria ser efetiva e tinha que ter uma forma de sei lá, olha, a gratificação tem que ser necessariamente ser o curso básico da ENS, então se você fizer você ganha a gratificação se não fizer, não ganha, mexeu com bolso de servidor o servidor vai fazer. Tinha que ter formas de constrangimento, de obrigar essa galera a estar nessas formações” (Marina).

“Quando eu entrei não tinha muito não, mas ultimamente sim, a gente tem tido cursos voltados para a nossa formação como simpósios. Tem uns três anos que tivemos simpósios, que é uma oportunidade muito rica em que a gente tem tido contato com outras vivências nacionais e até internacionais. Então de fato a secretaria tem investido nessa área de formação, só um pouco complicado que nossa dinâmica é muito corrida e aí a partir do momento que a gente abre mão de estar atuando na unidade pra fazer um curso de formação nosso serviço vai acumulando, sabe? Então é uma escolha que a gente tem que fazer de participar e acumular o serviço, mas também se a gente não for pensar na formação a gente acaba se internando junto com os jovens devido à complexidade da situação. Mas a gente tem sim incentivo” (Renata).

Saviani (2015) fala sobre o trabalho não-material, e explica esse termo como sendo a “produção de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes, habilidades” (SAVIANI, p. 286, 2015). Nesse contexto é possível associar o ato da educação como uma forma de trabalho também, além do que, estar em constante formação em prol de aperfeiçoamento e aprendizagem de novos conteúdos se fazem necessários em todos os espaços. As pedagogas da Unire citam que há incentivos, e também chamam a atenção que nem todos os agentes que atuam na Unire se interessam, precisando assim, na visão delas, haver um meio de obrigatoriedade para a participação.

A sociedade contemporânea, com o atual avanço tecnológico, sofre mudanças frequentes para tornarem os processos mais práticos. Principalmente quando se refere à políticas públicas, o uso do recurso público deve ser pensado para que seus resultados sejam alcançados. Existem muitos fatores para que as políticas públicas atinjam seus resultados. Entretanto, quando fala-se de educação continuada reforça-se a ideia que não há nada que não esteja passível de mudanças de conhecimentos técnicos, científicos, termos, condutas, e instrumentos inovadores. Os profissionais recebem uma demanda contínua de trabalho e resultado. Em algumas instituições torna-se possível o desenvolvimento de metodologias e práticas mais inovadoras e integradas, tais exemplos surgem e precisam ser passados para os interessados. Por isso a formação continuada torna-se importante, bem como, há o exposto na fala da Marina, quando a mesma cita

sobre a Escola Nacional de Socioeducação - ENS, que visa unificar ações do sistema socioeducativo dentro do Brasil. No site da ENS há a disponibilidade de cursos gratuitos e de acesso ao público em geral tais como: Formação de Mediadores, Fortalecimento da Gestão, Justiça e Práticas Restaurativas, Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação, Núcleo Básico entre outros.

O sistema socioeducativo oferece cursos de especializações focando na educação continuada, por mais que não seja algo bastante satisfatório na visão de Renata e Marina, há sim o incentivo para a realização de cursos e formações. Porém nem todos buscam tais qualificações, aqueles que o fazem, fazem sabendo nos benefícios próprios que tais conhecimentos e troca de saberes irão proporcionar. A instituição não incentiva no sentido de possibilitar que o profissional se qualifique com suporte, quando ele retorna da formação tem ainda que atender todas as demandas que foram realizadas naquele período, acumulando muito trabalho que não pode ser realizado por outro profissional da instituição. Mas considerando a importância da qualificação, muitos profissionais se esforçam para continuar se qualificando.

Segundo Frigotto (2017 p. 513) “o trabalho como princípio educativo, tanto no sentido amplo de formação humana quanto da escola unitária, situa-se, pois, na compreensão da relação intrínseca entre trabalho humano e educação”. Assim como Frigotto, as pedagogas acreditam que a educação continuada está organicamente ligada à atuação de cada uma e atuar com a educação faz o sujeito querer buscar cada vez mais conhecimentos a fim de se aprimorar e executar novas habilidades e instrumentos adquiridos. Esses educadores que buscam novos conhecimentos, os buscam para além da atuação profissional, buscam para a vida.

Na última categoria, dentre as perguntas feitas, quando questionadas se sentiam realizadas, as respostas foram essas:

“Agora sim, porque eu aprendi a lidar com isso, mas no início não. É muito frustrante porque você diferentemente do pedagogo que atua no ambiente escolar ele consegue por exemplo pegar uma turma de alfabetização e propor no planejamento dele que ao final do primeiro bimestre os alunos vão estar reconhecendo tais fonemas, tais palavras, no final do semestre vão estar conseguindo construir pequenas orações, no final do ano vão conseguir por exemplo conseguir um pequeno livro e isso você não consegue no sistema socioeducativo. Você não consegue propor, embora a gente tenha o PIA que é o Plano Individual de Atendimento, [...] você não consegue apreender os resultados do seu trabalho e isso em alguns momentos é muito frustrante. Outra coisa que é frustrante que você trabalha enxugando gelo essa é a expressão que define o sistema você trabalha enxugando gelo, então se você entrar no sistema e não aprender a lidar com isso você se frustra também. Você está num lugar cheio de contradições

onde você tem uma legislação linda maravilhosa mas que na prática não funciona. Ela não é aplicável então isso é uma série de coisa que vai te deixando de saco cheio ao longo do seu trabalho. Mas por outro lado, eu trabalho meio período, é um lugar que você tem uma remuneração um pouco melhor. Então tem essas compensações e isso eu estou falando da Unidade de Internação do Recanto, não significa que seja uma realidade do pedagogo que atua em outros lugares, tem lugares que tem pedagogos em meio aberto que as pessoas estão super satisfeitas” (Marina).

“Sinto, mas não totalmente, é porque a gente chega com ânimo, com vontade de dar o seu máximo, se empenha em tudo o que faz querendo de fato transformar, mas acaba que tem os limites institucionais né em que as vezes a gente acaba se frustrando. Mas a nossa rotina é essa, a gente se frustra aqui um dia e no dia seguinte já tem que retomar e bola pra frente e pensar sempre em colaborar com o processo, mas não é fácil, não é fácil porque é uma política bem precária ainda infelizmente mas a gente tem avançado muito mas muitas coisas a gente não consegue colocar em prática, e não depende só da gente” (Renata).

Sobre sentir-se valorizadas pelo ambiente de trabalho e pela sociedade, as respostas foram:

“De maneira geral a equipe de especialista ela é pouco valorizada pela equipe de segurança, por exemplo, de maneira geral a equipe de segurança acho que o jovem tem que ficar lá só trancado e que o trabalho dos especialistas que é o pedagogo, assistente social e psicólogo tem pouca importância então se a gente for pensar num primeiro nível que é a valorização pelos seus pares, eu me sinto pouco valorizada, de pouco reconhecimento. Em nível de sistema socioeducativo, o pedagogo entrou no sistema mais recentemente, assistente social sempre esteve no sistema socioeducativo porque era uma política da assistência e tudo. Os profissionais da pedagogia entraram mais recentemente então esse reconhecimento demorou pra acontecer, mas hoje eu já entendo que as pessoas entendem que a medida socioeducativa é uma medida essencialmente pedagógica e as pessoas estão começando a ver a importância do profissional de pedagogia que tem lá dentro. Pela sociedade, mais ou menos, a sociedade vê o povo da educação como se fosse um o Jesus que vai salvar o mundo e eu acho isso muito problemático porque as pessoas olham pra figura do educador como se ele fosse a figura do milagre mas não olham pra estrutura da sociedade que gera na verdade todos os problemas que a gente tem ali né, então isso pra mim não é valorização. Acho que é colocar uma carga de achar que o profissional da educação ele vai resolver os males da sociedade como se a educação fosse uma fórmula mágica que desse conta dos problemas da sociedade e não olhasse pra estrutura que na verdade é o que causa, a estrutura da injustiça, da pobreza, da desigualdade é isso que na verdade tem que ser resolvido e a educação faz parte disso né, mas não é ela que vai resolver o problema” (Marina).

“Ambiente de trabalho eu me sinto pouco, na verdade eu posso te informar que desde que eu cheguei lá [...] praticamente não mudou nada, de hoje para a época que eu entrei a estrutura, tudo permanece a mesma coisa basicamente. Os avanços que a gente teve no nosso local de trabalho foram mais ações pessoais, a gente teve que pintar, adquirir o básico, geladeira, micro-ondas, essas coisas básicas assim a gente que tem

que correr atrás. Em relação à secretaria eu me sinto mediana, nem pouco nem super, na média, assim, eu tenho percebido que ultimamente eles têm focado um pouco mais na qualidade de serviços. Mas só que também não é de um dia pro outro que a gente vai conseguir esses avanços, mas eu coloco na categoria mediana, porque eu percebo um esforço, uma intenção, assim, de melhorar a qualidade de vida do servidor, mas isso é uma coisa que é progressiva né” (Renata).

CELLA e CAMARGO (2009), citam um projeto social realizado na antiga Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), chamado de ‘Educação e Cidadania’ realizada por uma ONG cujo nome foi preservado. Por meio do projeto, os educadores que também se sentiam desvalorizados por trabalhar com menores infratores, passaram a ter um plano pedagógico e isso conforme citado, deu um grande impulsionamento na realização do trabalho. Esta intervenção educativa não foi diretamente para os jovens, porém, trabalhando e trazendo confiança e autoestima para os profissionais o projeto trouxe resultados para os atendimentos. Os educadores sentiam-se que assim como os jovens não eram vistos pela sociedade e esse projeto trouxe grandes perspectivas “porque desorientadas e sem um projeto pedagógico efetivo, elas próprias não acreditavam na repercussão positiva da transmissão de conhecimento e sequer poderiam ver sentido em suas práticas, diante da diversidade dos adolescentes e da rotatividade destes nas unidades.” (CELLA e CAMARGO, 2009 p. 293).

Nas palavras das pedagogas há a falta de valorização, e isso decorre de determinados fatores culturais, sociais e políticos. Na visão da Marina a desvalorização ocorre devido à imagem de ‘salvador da pátria’ que o educador possui, como um sacrifício em nome de valores intrínsecos ao trabalho. Porém, quase nada pode ser feito quando os recursos são escassos como explicita Renata. Esperar que o pedagogo solucione todos os problemas é isentar o governo de sua responsabilidade de investir nas políticas públicas. A expressão ‘enxugar gelo’ utilizada por uma delas demonstra que apesar de todos os esforços aplicados no dia a dia, não há progressivas e expressivas mudanças. Por mais que isso seja algo cansativo, elas não deixam de se frustrar por esses obstáculos, pois sabem que as dificuldades enfrentadas já fazem parte do cotidiano.

Percebe-se que há divergências de visões entre pedagoga e seguranças no modo de lidar com os jovens, um tendendo mais ao controle total do socioeducando e outro de dar espaços e deixar o jovem gozar do direito à educação. Ambas citam que o fato de as práticas e as condições não mudarem há anos tanto fisicamente quanto em termos processuais. Esta falta de avanço e a falta de implementação da legislação vigente, que

nem sempre funciona conforme o descrito nos dispositivos legais, impacta na motivação dos profissionais que atuam nas instituições. Ambas consideram importante trabalhar a autoestima desses profissionais, mas que isto vai além de falar em palavras, enfatizando o quanto eles são capazes. Estes discursos além de colocar toda ênfase na atuação individual dos profissionais, deixam de responsabilizar outros profissionais, o investimento necessário para implementar as ações e a integração entre as políticas, entre as instituições e uma responsabilização social pela reintegração dos socioeducandos. As pedagogas são comprometidas e sabem dessa realidade, pois em meio há descasos vivenciados pelo poder público, elas relatam que estão cotidianamente fazendo o que está ao alcance no trato com o jovem. O resultado poderia ser melhor com atuações governamentais que estivessem melhorando o fluxo de trabalho, dando instrumentos legais que de fato consigam ser levados à prática e maiores investimentos no que diz respeito ao trabalho, recursos humanos, materiais e estruturais em sua integralidade proporcionando assim o objetivo do sistema socioeducativo, a ressocialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas identificamos que a importância da atuação do pedagogo extrapola os espaços escolares. Os relatos apontam para a necessidade de fortalecer a diversidade de ambientes do qual pode-se inserir esse profissional em integração com outros profissionais e nas instituições. Outro aspecto é dos pedagogos e pedagogas que atuam no sistema socioeducativo darem contribuições nas linhas de pesquisas nessa área envolvendo graduandos do curso de pedagogia. Esta relação poderia ser feita por meio de estágios, projetos de extensão e de pesquisa com as universidades. Além desses profissionais contribuírem para a formação de outros profissionais, também dá maior visibilidade à esses educadores que trabalham com a ressocialização e projeto de vida de jovens socioeducandos.

O Sinase é um grande instrumento para a execução das medidas socioeducativas, porém deixa a desejar no que concerne à atuação do pedagogo bem como de outros profissionais que atuam diretamente com o jovem socioeducando. Dentre os determinantes que causam maiores limitações no desenvolvimento do trabalho das profissionais está a falta de recursos financeiros, materiais e estruturais encontrados na unidade em questão. Esta falta de recursos impacta no encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, em oferecer cursos técnicos e profissionalizantes e de atendê-los em sua integralidade (saúde, assistência social, lazer, esporte etc).

Destaca-se que foi possível perceber dentre as falas da pedagoga Marina a falta que faz os cursos de práticas humanizadas e de direitos humanos voltados para os agentes da segurança. Ela afirma que se eles fossem de certa forma constrangidos a participarem de cursos visando o aprimoramento de técnicas, a Unidade em si seria uma ambiente mais harmônico de ser trabalhar, elas conseguiriam trabalhar de forma integrada sem ter seu trabalho desconstruído por outros profissionais da instituição. Elas ressaltam que estas divergências de pensamentos sobre a atuação dos especialistas e dos agentes no que concerne aos direitos e deveres dos socioeducandos dentro da Unire torna o trabalho por vezes improdutivo.

Ressalta-se que quando determinado local, em específico as unidades de internação, reforçam o cerceamento da liberdade percebe-se que os jovens deixam de acreditar em sua própria recuperação. No centro são os agentes de segurança que atuam diretamente na disciplina corporal e por vezes na restrição de direitos. Assim, a educação de todos precisa ser o centro do processo para que o resultado seja a valorização dos

educadores e profissionais que atuam com os socioeducandos e por consequência a busca por melhores condições a fim de haver um jovem ressocializado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Liana Correia Roquete de. A gestão escolar e o direito à educação de socioeducandos privados de liberdade. Brasília, 1 edição. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/regras-das-nacoes-unidas-para-a-protecao-dos-menores-privados-de-liberdade.html>. Acesso em 24 de abril de 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasil, Brasília, DF, jul. 1990.

_____. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jan. 2012.

CELLA, Silvana; CAMARGO, Dulce Maria. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 281-299, jan./abr. 2009.

COSTA, Cândida da. Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p.62-73, jan./jun.2015. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/16858/13309>. Acesso em 05 de maio de 2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Dicio. Disponível em <https://www.dicio.com.br/pedagogia/#:~:text=substantivo%20feminino%20Ci%C3%A7a%20cujo%20objeto,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sobre%20o%20ensino.&text=Caracter%C3%ADstica%20da%20pessoa%20que%20ensina,ensinar%3A%20nunca%20teve%20boa%20pedagogia.> Acesso em 20 abril de 2021.

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes pedagógicas - escolarização na Socioeducação. Brasília, DF, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. Disponível em http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/diretrizes_socioeducacao_jan20.pdf. Acesso em 28 de abril de 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em 05 de maio de 2021.

FRIGOTTO, Gaudencio, Dermeval Saviani e a centralidade ontológica do trabalho na formação do “homem novo”, artífice da sociedade socialista. Interface (Botucatu). 2017;

21(62):509-19. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/icse/v21n62/1807-5762-icse-1807-576220160967.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2021.

GIL, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6º edição. São Paulo: Atlas, 2008.

Globo. Escola da Unidade de Internação do Recanto das Emas resgata sonho de jovens infratores, G1. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/8010664/>>. Acesso em 28 de abril de 2021. 8 minutos.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>> Acesso em 29 de abril de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. Revista Lusófona de Educação, 2018. p. 139-153.

NASCIMENTO, Aretha Soares et al. A atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades. Pedagogia em Ação, v. 2, n. 1, p. 1-103, fev./jun. 2010

NUNES, Maria Clara; BOSCO, Gian Paolo. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Publicado em 08/2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51212/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-lei-n-12-594-de-18-de-janeiro-de-2012#:~:text=O%20SINASE%20foi%20apresentado%20como,da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.>>. Acesso em 10 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva; ARAÚJO, Elson Luiz de. A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos. Revista Eletrônica de Educação. v 7, São Carlos, SP: UFSCar, 2013. Disponível em < LSS Oliveira, EL Araújo - Revista Eletrônica de Educação, 2013 - reeduc.ufscar.br>. Acesso em 29 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Simone. Ato Infracional e Políticas Públicas: incursões críticas em torno dos mecanismos de prevenção da delinquência juvenil. Revista do Ministério Público do RS Porto Alegre. N. 78. Set/dez. 2015 p. 35-56.

PORTARIA CONJUNTA Nº 09, DE 16 DE ABRIL DE 2013. Dispõe sobre as rotinas de acompanhamento da escolarização de adolescentes em cumprimento e medidas socioeducativas, e dá outras providências.

PROPOSTA PEDAGÓGICA, ESCOLA UNIRE, RECANTO DAS EMAS, DF 2019. Disponível em <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/pp_unire_recanto_das_emas.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2021.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL. Governo de Brasília Secretaria de Estado Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.crianca.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Regulamento-Disciplinar-Unidades-de-Interna%C3%A7%C3%A3o-2018-05-30.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2021.

Resolução nº 1/2012-CEDF. CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília - DF 2017. Disponível em <http://cedf.se.df.gov.br/images/resol_1_2012.pdf> Acesso em 28 de abril de 2021.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. Atribuições dos Cargos. Governo do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.sejus.df.gov.br/atribuicoes-dos-cargos/>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

SECRETARIA DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Curso Capacitação em Segurança Protetiva - Apresentação Política de atendimento socioeducativo. Disponível em <<http://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-%E2%80%93-Pol%C3%ADtica-de-atendimento-socioeducativo.pdf>> Acesso em 10 de abril de 2021.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Escola Nacional de Socioeducação - ENS. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em <<http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/>> Acesso em 06 de maio de 2021.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em:<<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Governo do Distrito Federal. Disponível em < <http://www.crianca.df.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conteúdos sobre a Socioeducação no Brasil com foco na defesa dos direitos humanos. Disponível em <<https://socioeducacao.unb.br/index.php/gepdhs/>>. Acesso em 06 de maio de 2021.